

## **EDUCAÇÃO E CULTURA POLÍTICA NO CONTEXTO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O LIVRO "OSPB: INTRODUÇÃO À POLÍTICA BRASILEIRA", DE FREI BETTO**

CLEBER SANTOS VIEIRA (UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO / PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO).

### **Resumo**

Este trabalho analisa a história dos impressos escolares sobre Organização Social e Política do Brasil (OSPB) publicados no decorrer da década de 1980. Parte-se do pressuposto de que alguns desses manuais articularam-se a um processo mais amplo de crítica à Ditadura Militar e aos episódios que compuseram o cenário da redemocratização: revogação do AI-5, Lei de Anistia, pluripartidarismo, novo sindicalismo, Diretas Já, Colégio Eleitoral, Assembléia Nacional Constituinte, entre outros. Nesse sentido, o período compreendido entre o início da abertura política (1978) até a promulgação da Carta Constitucional de 1988 é analisado pelo eixo das formulações empregadas por André Chervel para a história das disciplinas escolares em contextos de transição, ou seja, a abertura política correspondeu a um momento da história da educação brasileira em que antigos manuais de OSPB, remanescentes dos anos autoritários ainda circulavam, mas, aos poucos, manuais sincronizados às coordenadas históricas do período se destacaram. Examina-se especialmente o livro "OSPB: introdução à política brasileira", publicado por Frei Betto em 1985. Este manual apresentou novas maneiras de conceber os livros e a finalidade da disciplina OSPB, bem como de representar a idéia de formação cívica do cidadão. Pelos temas, abordagens, ênfase na participação social e pela própria biografia do autor tornou-se expressão da cultura política democrática que delimitou a produção didática daquele contexto.

### **Palavras-chave:**

História da Educação, Impressos Escolares, OSPB.

Como representar a organização social e política do Brasil no horizonte democrático anunciado pela abertura (1978-1988)? Na esfera dos livros didáticos de OSPB, altamente identificados com os pressupostos autoritários de educação cívica, como disseminar conteúdos sincronizados à cultura política predominante durante a nova república? A extinção do Ato Institucional número 05, a anistia concedida a presos políticos, o pluripartidarismo, o ressurgimento do movimento sindical e as greves no ABC paulista, a articulação dos movimentos sociais, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais do Brasil (MST), do Partido dos Trabalhadores (PT) não apenas redefiniram a correlação das forças políticas, como também colocaram professores, educadores e escritores diante da questão de como formar cidadãos em um período transitório, instável, cercado de incertezas em relação aos destinos do país. As disciplinas escolares e a produção didática destinada a esta tarefa, até então altamente controladas e adestradas pelo Estado, teriam criatividade suficiente para perscrutar os apreciáveis aspectos democráticos da educação cívica?

Um primeiro esforço para se pensar a questão foi relacionado por Kazumi Munakata. No artigo "história que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura", ao interpretar os manuais de história publicados na década de 1980 o autor afirmou que neste período houve o predomínio de: "uma certa cultura senão progressista ou esquerdista ao menos democrática e a favor da abertura, pela participação e pela promoção da cidadania. Seria injusto dizer que isso não passa de uma jogada mercadológica" (MUNAKATA,2001:291). A promoção da educação

cívica encontrava-se então em uma situação limite, pois regulada pelos marcos autoritários interpostos pelo decreto-lei 869/69, almeja pontos de referências delimitados por uma cultura política democrática, ou que pelo menos era amplamente desejada por diversos setores da sociedade brasileira.

O contexto de abertura consiste, então, em um pano de fundo histórico que remete às reflexões mais abrangentes sobre as várias culturas políticas que se enfrentaram, complementaram e colidiram. Segundo Ângela Castro Gomes (GOMES,2006):

um sistema de representações, complexo e heterogêneo", mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar" (...) Estudar uma cultura política, sua formação e divulgação - quando, quem, através de que instrumentos - seria igualmente entender com uma interpretação do passado (do presente e do futuro) foi produzida e consolidada através do tempo, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive nacionais. (p.47-48)

Nesse sentido, a interpretação sobre os vínculos entre cultura política e livro didático no período de abertura incide sobre os sentidos da educação cívica prefigurados por um autor, cuja biografia entrelaça-se ao histórico das lutas sociais de antes, durante e depois da Ditadura Militar. A história deste livro entrelaça-se também com a trajetória da própria disciplina de que é suporte: criada em 1962 durante o governo João Goulart e instituída como obrigatória pelo triunvirato de generais que governou o país em 1969, seria extinta em 1993, por ato assinado pelo presidente Itamar Franco. Por isso, o livro *OSPB: introdução à política brasileira*, de Frei Betto remete ao panorama histórico de pessoas e grupos que ao longo das décadas de 60,70 e 80 sobressaíram pelo empenho a favor da educação popular e reformas de base, envolvimento direto ou indireto com a luta armada contra os militares e que, enfim, redirecionaram as ações políticas focando-as nas demandas dos anos 1980. OSPB: introdução à política brasileira é, pois, símbolo de determinada cultura política. Podendo mesmo ser citado como expressão de uma geração.

No que se refere à história do livro didático, o período que compreende a chamada abertura política pode ser considerado como substrato histórico em que, conforme salientou André Chervel, antigos manuais ainda circulam (CHERVEL,1990): "mas pouco a pouco, um manual mais audacioso, ou mais sistemático, ou mais simples do que os outros, destaca-se do conjunto, fixa os "novos métodos", ganha gradualmente os setores mais recuados do território, e se impõe. É a ele que doravante se imita, é ao redor dele que se constitui uma nova vulgata" (p.204).

O lançamento da primeira edição de *OSPB: introdução à política brasileira*, em 1985, enquadra-se nesta perspectiva. Oficialmente, as disciplinas escolares instituídas pelo decreto-lei 869/69 continuavam valendo. Muitos manuais didáticos publicados para corroborar a doutrina de segurança nacional da ditadura militar ainda circulavam. Sob novas roupagens (capas, títulos e subtítulos) livros amplamente difundidos na década de 1970 ainda alcançavam o universo escolar. Todavia, a organização social e política brasileira atravessava um momento de transformações proporcionando o aparecimento de uma nova vulgata. Frei Betto e a Editora Ática não estavam sozinhos na empreitada. Livros de OSPB alinhados com a perspectiva da educação cívica democrática já tinham sido publicados. É o caso, por exemplo, do manual escrito pela professora Heloisa Dupas Penteado e publicado em 1983 pela Editora Loyola. Mas nenhum deles trazia a carga cultural e

política de uma geração como o de Frei Betto, representada em cada de seus capítulos ao longo de 18 edições. A última foi exatamente em 1993, ano da extinção oficial da disciplina OSPB dos currículos escolares.

A sintonia deste livro com as coordenadas da abertura foi explicitada pelo autor logo no prefácio. Ao manifestar o desejo de encontrar um público-leitor bem mais amplo que o escolar, Frei Betto expressou o sentimento de muitos jovens, que, na década de 1960, atuaram em organizações políticas estudantis e grupos estruturados em torno da Igreja católica. O próprio autor participou dos movimentos de alfabetização popular existentes nos anos iniciais da década de sessenta. Os resultados da experiência nesses movimentos estão registrados no "*AlfaBetto: autobiografia escolar*" (BETTO, 2002). Muitos dos aspectos do livro, a construção do diálogo, da associação entre educação e política, bem como o compromisso com a transformação social que acompanhou os demais livros e experiências políticas de Frei Betto, derivam dessa experiência. Neste livro, lêem-se, ainda, as querelas sempre presentes nos movimentos de esquerda e que, no início da década de 1960, projetou-se sobre a inovação metodológica construída pelo educador Paulo Freire. Parcelas significativas dos marxistas que militavam nos movimentos populares encaravam comunismo e cristianismo como princípios de soma zero, onde a concretização de um anulava os outros. Organizações políticas de feições católicas, como a Ação Popular (AP), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), entre outros, lentamente semearam o encontro entre socialismo e cristianismo, que finalmente seria materializado anos mais tarde pelo advento da teologia da libertação (SOUZA, 1984).

Da fusão de várias correntes que congregavam militantes católicos no meio estudantil e operário, surgiu a Ação Popular (AP), organização que conduziu o enlace entre cristianismo e socialismo. Frei Betto atuou nesta organização até que ela, já no final da década de sessenta, optasse pelo maoísmo. A partir daí, Frei Betto e outros frades dominicanos passaram a cerrar fileiras ao lado de Carlos Marighella na Ação de Libertação Nacional (ALN). A aproximação entre a ordem dominicana e a ALN explica-se, por um lado, na dissidência nas fileiras do PCB paulista em 1966 e, por outro, na reorientação de conduta social dos dominicanos. Se Carlos Marighella optou pela guerrilha como forma de ação política contra a ditadura, os dominicanos, por sua vez, se reaproximaram da sociedade, trabalhando e estudando pelos próprios meios, sem o amparo econômico da Igreja, levando muitos a estabelecer relações próximas com militantes da esquerda armada, principalmente no meio estudantil. Como o próprio Betto relatou no livro *Batismo de Sangue* (BETTO, 1982), a ação política dos dominicanos na guerrilha era o seguinte:

O trabalho dos frades vinculados à ALN consistia em favorecer guerrilheiros urbanos e preparar as condições para a guerrilha rural. Éramos base de apoio dos militantes em ações armadas. Acolhíamos feridos e perseguidos, escondíamos alguns e facilitávamos a fuga do país de outros. Guardávamos material considerado subversivo e armas. Fazíamos o levantamento de potenciais áreas à guerrilha rural. Pau pra toda obra, só não portávamos armas. (p.299)[1]

A perseguição promovida pela Ditadura contra a ALN e, sobretudo, ao seu principal dirigente, Carlos Marighella, desdobrou-se na repressão sobre os membros da igreja católica que lutavam contra o autoritarismo. Entre eles, Frei Betto. Mesmo quando esteve nos cárceres do regime militar, não abandonou o trabalho de alfabetização. Com outros presos políticos, organizou cursos supletivos aos presos comuns. Ensinavam biologia, matemática, física, geografia e, é claro, história e noções de marxismo. Em maio de 1973, em carta enviada à família, Frei Betto descreve como surgiram e como funcionavam os cursos (BETTO, 1978):

Queridos pais e mano: aqui são muitas as novidades. O curso de madureza afinal nasceu, depois de uma longa e atribulada gravidez, seguida de um parto não menos doloroso (eta burocracia!). A criança ainda apresenta alguns problemas, mas o importante é que nasce. Para surpresa geral (principalmente do Diretor), sessenta e quatro presidiários se inscreveram. Isso vem quebrar a falsa idéia de que esses homens não se interessam pela atividade intelectual e pelas oportunidades de encontrar um novo caminho na vida. Respira-se agora um clima de entusiasmo generalizado, que acabou contaminando até mesmo aqueles que viam a coisa com pessimismo.

A existência do curso se deve ao esforço de alguns companheiros interessados que já o haviam iniciado por correspondência e apelado incessantemente à administração. Mas quem transformou essa aspiração coletiva em realidade foi o capelão, padre Alexandre, por quem os presos nutrem uma crescente admiração.

São três aulas por dia, de segunda a sexta, das 18:45 às 21.10 hs. Para quem vai lecionar é um ritmo puxado, pois são duas classes. Estamos desenterrando o que aprendemos no ginásio. Fernando ficou com matemática, que certamente vai deixá-lo com cabelos mais brancos ainda. Politi se encarregou do português e o Ivo da História Geral e Estudos de Problemas Brasileiros. Caixe na História do Brasil e Geografia. Fiquei com a cadeira de Ciências Físicas e Biológicas (na qual serei auxiliado pelo Mané, catedrático em Botânica). Como darei oito aulas por semana (quatro em cada turma), estou dedicando de seis a sete horas por dia à preparação. Assim sendo, tive que trocar a teologia de São Paulo pelas leis de Newton e pelas experiências de Torricelli (a matéria é fascinante). (p.199-201)

No final da década de sessenta, ao retornar à vida política, Frei Betto ajudou a criar as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Naquele momento histórico, a educação popular volveu-se ao sindicato dos operários do ABC paulista. Instalou-se, mais precisamente em São Bernardo, berço do novo sindicalismo, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), organizações que marcariam a história do movimento operário e da história política brasileira nas décadas subseqüentes. Em outubro de 1984, apenas alguns meses antes da primeira edição de OSPB, Frei Betto e Paulo Freire concederam entrevista ao jornalista Ricardo Kotscho sobre a experiência com a educação popular. A entrevista foi posteriormente publicada sob o título *"Essa escola chamada vida"*. Em uma das passagens Frei Betto enuncia as fronteiras que separam o ensino formal da educação popular da seguinte forma (BETTO e FREIRE, 2003):

Aí entra o que, em educação popular, chamo de "metodologia dialética". Explico melhor, a partir das reflexões que temos desenvolvido no CEPIS: considero que educação popular é fundamentalmente o trabalho educativo que se processa no interior do movimento popular, centrado nos interesses objetivos da classe trabalhadora. Hoje em dia há toda uma discussão se a escola formal comporta a educação popular. Penso que isso é muito difícil dentro da camisa de força do currículo oficial, da exigência de se cumprir um programa de ensino no limite de oito ou nove meses por ano. Haveria que subverter essa escola, introduzir novos conteúdos didáticos, redimensionar o tempo curricular, vincular teoria à práxis social, e

isso é quase impossível dentro do atual sistema escolar brasileiro."  
(p.76)

As experiências de Frei Betto nos movimentos de educação popular migraram para o livro de OSPB. Assim, *OSPB: introdução à política brasileira*, do ponto de vista da linguagem, é uma liturgia cívica do processo de abertura. As estratégias discursivas executadas revelam o escritor, o religioso e o militante socialista. Como ele mesmo explicou, a chave das comunidades eclesiais de base era reaproximar a história de um povo da práxis libertadora de Jesus. Para isso não podiam simplesmente repetir o esquema missal, sob o risco de apenas recriar mitos fundadores da fé cristã. A narrativa era atualizada de modo que a liturgia é lida a partir da realidade social dos fiéis: "a celebração das comunidades segue a tradição bíblica de ser uma reaproximação da memória histórica e uma atualização do significado evangélico das lutas populares." (BETTO,1981:63)

Esta iniciativa de Frei Betto promoveu verdadeira reinvenção da disciplina OSPB. Ação esta que, em certa medida, articulava-se a outras tentativas de reorientar a educação brasileira. Na esfera do ensino de história, por exemplo, sobressaíram fóruns e debates que concentraram críticas à política educacional do regime militar visando superar o modelo imposto. Há de se destacar o volume de artigos publicados em periódicos, bem como o lançamento de coletâneas de textos condensando os debates arrolados em simpósios da ANPUH e outros fóruns. Cabe aqui ressaltar o nº 10 do *Caderno Cedes* de 1983 organizado pela professora Ernesta Zamboni, e o balanço crítico sobre os estudos sociais exposto pela professora Déa Ribeiro Felon. Na *Revista Brasileira de História*, Raquel Glezer trouxe a discussão sobre os "novos livros e velhas idéias" (vol. 10, nº 14). A RBH dedicou ainda número especial "Escola em quadro negro: escola, ensino e aprendizagem".

Fruto das experiências de professoras e professores de história debatidas no Encontro Nacional da ANPUH de 1982 o livro *Repensando a história*, organizado por Marcos Silva apresentou a seção Livro didático com dois trabalhos: "Escolas e livro didático de História", de Carlos Alberto Vesentini e "O livro didático e a popularização do saber histórico", de Katia Maria Abud. Cite-se ainda o conjunto de práticas de ensino relatadas em *Ensino de história: revisão urgente* (1986) e as reflexões reunidas por Jaime Piskni em *O ensino de história e a criação do fato* (1988). Este último com dois textos enfatizando livros didáticos: "As camadas populares nos livros de história do Brasil" de Nicholas Davies e "Belas Mentiras: a ideologia nos estudos sobre o livro didático" de Maria Carolina Bovério. Neste ciclo de revisão do ensino de história encontra-se, ainda, as memórias dos "guerrilheiros das idéias" organizadas por José Werneck da Silva no livro *A deformação da história ou para não esquecer*, inserido na coleção Brasil: os anos de autoritarismo da editora Zahar.

Em suma, esses debates compõem um quadro de testemunhos engajados que, na busca pela superação de determinado modelo de ensino, estimularam novas idéias pedagógicas. Esses artigos e textos juntam-se aos textos memorialísticos e balanços históricos publicados a partir de 1978 por ex-presos políticos, militantes, etc. Relatos de experiências soam, então, como narrativas pessoais travando, implicitamente, uma batalha sobre a memória histórica[2] do período militar. De fato, o volume de textos memorialísticos e balanços históricos escritos por intelectuais, ex-presos políticos e militantes publicados no contexto de abertura e nova república correspondeu a uma verdadeira batalha pela memória coletiva[3].

Consideramos, então, que o livro de Frei Betto revela uma prática social oriunda de tradições políticas que se condensaram a partir dos anos 1960 e, no final da década

de 1970 e década de 1980 redefiniram suas linhas de ação. Luta armada, reforma universitária deixavam de ocupar lugar central no repertório das organizações políticas e movimentos sociais para dar lugar a outras bandeiras. A formação do cidadão em valores democráticos tornou-se uma das prioridades. A Publicação de *OSP: introdução à política brasileira* constituiu, pois, uma das mais importantes expressões didáticas da cultura política pautada na redemocratização do país.

## Referências

ABREU, Martha et al. "Cultura Política e Leituras do Passado: Historiografia e Ensino de História". RJ: Record, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 27ªed. Petrópolis, Vozes, 1995.

ARQUIDIOSECE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia: *Leitura, história e história da leitura*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/Fapesp, 2000.

BETTO, Frei. *Cartas da Prisão*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *OSP: introdução à política brasileira*. São Paulo Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Alfabetto: autobiografia escolar*. São Paulo: Ática, 2002.

BRITO, Frei Fernando de; CHRISTO, Frei Carlos Alberto Libânio; LESPBAUPIN, Frei Ivo. *O canto na fogueira: Cartas de três dominicanos quando em cárcere político*. 2ª ed Petrópolis: Vozes, 1978.

BITTENCOURT, Circe. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. São Paulo, 1993 (Tese de Doutorado, FFLCH, USP)

CABRINI, Conceição (et al). *O Ensino de história: revisão urgente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 3ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um tema de pesquisa. *Teoria & Educação*, v.2, Porto Alegre, 1990.

CHOPPIN, Alain. Os manuais escolares na França e a formação do cidadão. In: *Veritas*, Porto Alegre, v.43, n. especial, 1998.

\_\_\_\_\_. Los manuales escolares de ayer a hoy: el ejemplo de Francia. In: *Historia de la educación*- Revista interuniversitaria. nº19, 2000.

CORDEIRO, Jaime F.P. Falas do povo, figuras da tradição: o novo e o tradicional (anos 70 e 80). São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

DEIRÓ, Maria de Lourdes Chagas. *As belas mentiras: a ideologia subjacente aos livros didáticos*. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

ECO, Umberto; BONAZZI, Marisa. *Mentiras que parecem verdades*. SP: Summus, 1980.

FONSECA, Selva Guimarães. *Os caminhos da história ensinada*. 5ª ed. Campinas: Papirus: 2001.

FREITAG, Bárbara et alli. *O livro didático em questão*. 2ªed. São Paulo: Cortez, 1989.

FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva.

GABEIRA, Fernando. O que é isso companheiro? Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GENETTE, Gerard. *Umbrals*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: TAQ/EDUSP, 1985.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº1, 2001.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil. Diário da campanha das diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, Maria do Carmo. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: EDUSF: 2002.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Forças Armadas e Administração Pública: a participação militar nas comunicações e na educação (1963-1990.)* Campinas (Tese de Doutorado-Unicamp), 1999.

MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam depois que a ditadura militar acabou. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *Livro didático: produção e leitura*. São Paulo: PUC-SP, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. Representações políticas no movimento Diretas Já. *Revista Brasileira de história*, São Paulo, v.15, nº29. p.207-219.

OLIVEIRA, João Batista Araújo (et al). *A política do livro didático*. São Paulo/ Campinas: Summus/Ed.Unicamp, 1984.

PENTEADO, Heloísa Dupas. *Organização social e política do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.

- PINSKI, Jaime. *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.
- POLLAKI, Michel. Memória, silêncio, esquecimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.pp.03-15.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já - o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SHOLES, Robert. *Protocolos de leitura*. Lisboa: Edições 70,1991.
- SILVA, José Luiz Werneck da. *A deformação da história ou Para não esquecer*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- SILVA, Marcos (org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

---

[1] A primeira edição é de 1982. Utilizo a 14ª edição publicada em 2006.

[2] Por batalhas em torno da memória histórica e memória coletiva apóio-me nas considerações de POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol2, nº03, 1989, pp. 3-15. POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, pp. 200-212.

[3] Alguns dos importantes testemunhos estão nos seguintes títulos: *Em Câmara Lenta*, Renato Tapajós, *Em Busca do Tesouro*, Alex Polari, *Memória do Exílio* (CAVALCANTI & RAMOS,1976); *Liberdade para os brasileiros* (MARTINS,1978); *Tortura: a História da repressão política no Brasil* (FON FILHO,1979); *O que é isso Companheiro* (GABEIRA,1979); *Batismo de Sangue* (Frei Betto, 1980) *Memórias das mulheres no exílio* (COSTA,1980); *Os carbonários* (SIRKIS,1980); *Resistir é preciso* (FREIRE,1981); *Guerra é Guerra, dizia o torturador* (VARGAS,1981); *1968- o ano que não terminou* (VENTURA,1988); *Brasil: nunca mais* (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO,1985). As narrativas e depoimentos pessoais somam-se discussões historiográficas: *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984) publicado por Maria Helena Moreira Alves (1985); *Combate nas trevas* (1987) de Jacob Gorender; *A esquerda e o golpe de 1964*, Denis de Moraes; *Imagens da revolução* (Reis Filho, 1985).